

A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: RELAÇÃO DO EDUCADOR COM EDUCANDO¹

Beatriz Meireles de Souza

Acadêmica do curso de Pedagogia

Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Altamira-raquelcardoso.atm@gmail.com

Raquel dos Santos Cardoso

Acadêmica do curso de Pedagogia

Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Altamira -biameireles22@hotmail.com

Orientadora: Cleide Santos de Sousa

Professora Substituta da Faculdade de Educação

Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Altamira cle.ns@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão acerca da avaliação no processo de ensino- aprendizagem no 1º ano do ensino fundamental no que se refere à atuação da prática do educador. A questão norteadora do estudo consistiu em compreender de que forma a avaliação do educador interfere na formação integral do aluno? A partir desse problema foi delimitado o objetivo geral: Compreender o que é avaliação na perspectiva do educador do 1º do ensino fundamental. O estudo é de abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo, e utilizou como instrumento e técnica de coleta de dados um questionário aplicado a uma educadora que atua nessa etapa. A avaliação é fundamental no processo de formação humana, considerar a avaliação como o único método de aprovação, é contribuir para o processo de exclusão. Avaliar é considerar todas as especificidades do educando em sala de aula, é pensar em uma avaliação como um processo de inclusão.

Palavras-chaves: Avaliação. Ensino Fundamental. Letramento

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por finalidade refletir a prática de avaliação em uma turma de primeira série tendo em vista o que se propõe a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 a cerca do Ensino Fundamental (EF), notadamente para o primeiro ano, partindo do principio da aprendizagem da leitura e da escrita e como o educador a partir do ato de avaliar pode mediar o processo de desenvolvimento da criança na prática da alfabetização em uma perspectiva de letramento.

A ampliação do ensino fundamental tornou-se obrigatória com duração de nove anos, após vários debates estudos que mostram a necessidade de ampliação da escolaridade obrigatória para melhor formação dos sujeitos, sobretudo, buscando-se erradicar o analfabetismo. O referido processo perpassou por um amplo histórico de mudanças na legislação educacional brasileira. Analisando esse histórico podemos identificar as seguintes legislações: a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 estabeleceu quatro anos do EF

¹ Essa pesquisa surgiu de uma disciplina, tendo por finalidade a compreensão de como é e como está sendo articulada a avaliação nas escolas, e como os educadores estão desenvolvendo suas ações nesse processo de ensinar **que tem contribuído** na formação integral desse sujeito.

obrigatória, com o Acordo de Punta Del Leste e Santiago, estendeu-se para seis anos o EF até 1970; A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 determina a obrigatoriedade desse ensino para oito anos; Contudo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 admitiu a matrícula no EF de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade; Como a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2005 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), em que o EF de nove anos torna-se meta progressiva da educação nacional; E em 6 de fevereiro de 2006, como a Lei nº 11.274 ampliou o ensino fundamental para nove anos, tornando-se obrigatória a matrícula dessa criança de seis anos de idade nas instituições públicas de ensino.

Com a ampliação do EF inserindo-se a criança aos seis anos de idade, busca-se oportunizar formação para o desenvolvimento integral e ampliar as experiências que oportunizam o desenvolvimento da lectoescrita. Nesse sentido, para atender as especificidades do educando conforme sua fase de desenvolvimento e as necessidades de aprendizagem pontuadas nas bases legais nacional, referindo-se a leitura e a escrita a escola tem o papel de ressignificar suas práticas e ampliar os conhecimentos dessa criança em uma perspectiva de letrar - alfabetizando e alfabetizar - letrando, assim como, formando-a para o exercício de sua cidadania. Soares *In.* Rojo (2012, p. 35) define o termo alfabetização como sendo a “ação de ensinar/aprender a ler e escrever” e o termo “letramento” e definido como “o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva as práticas sociais que usam a escrita”.

Diante das necessidades apontadas é importante que o projeto político pedagógico da escola assegure as especificidades das diversas áreas do conhecimento a essa criança, pois mesmo que ela não esteja alfabetizada ela faz parte desse processo do mundo letrado, é um direito constitucional da criança ter acesso a língua escrita e compete a escola ampliar os conhecimentos do educando desenvolvendo suas habilidades para ler e escrever. Considerando essa necessidade como o ato de avaliar contribui com esse processo?

Norteados por essa questão realizou-se o presente estudo em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo, na E.M.E.F Dr. Ulisses Guimarães, no município de Altamira-PA, e utilizou como instrumento e técnica de coleta de dados um questionário aplicado a uma educadora que atua aproximadamente há 10 anos na educação fundamental do 1º ao 9º ano nessa etapa da educação, com o intuito de compreender a concepção sobre a avaliação do processo ensino - aprendizagem que media as práticas de alfabetização e letramento da docente no primeiro ano do ensino fundamental.

2 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO E LETRAMENTO: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

A avaliação tem sido investigada por muitas décadas e por vários pesquisadores, dentre eles Freire (1996); Estaban (2001); Hoffmann (2009); Luckesi (2011). Os quais denunciam que o ato de avaliado tem sido acompanhado por alguns transtornos: medo, tensão, estresse, nervosismo, dentre outros. Mas o que é avaliação? Como a criança que esta sendo alfabetizada pode ser avaliada?

Soares *In.* Rojo (2012, p. 35) define o termo alfabetização como sendo a “ação de ensinar/aprender a ler e escrever” e o termo “letramento” e definido como “o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva as práticas sociais que usam a escrita”.

Diante das necessidades apontadas é importante que o projeto político pedagógico da escola assegure as especificidades das diversas áreas do conhecimento a essa criança, pois mesmo que ela não esteja alfabetizada ela faz parte desse processo do mundo letrado, é um direito constitucional da criança ter acesso a língua escrita e compete a escola ampliar os conhecimentos do educando desenvolvendo suas habilidades para ler e escrever. Considerando essa necessidade como o ato de avaliar contribui com esse processo?

Para refletir sobre a avaliação recorre-se a Hoffmann (2012 apud Oliveira 2014, p. 18) para quem “Avaliar é um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, á melhoria do objeto avaliado”. Nessa perspectiva avaliar na alfabetização deve favorecer o aprimoramento da prática docente e o desenvolvimento de novas habilidades quanto ao ato de ler e escrever das crianças, o qual deve ser realizado em diferentes espaços da escola. A avaliação também deve contribuir para o melhor conhecimento e a autoconstrução do educando.

De acordo com a Secretaria de Educação Básica (SEB) junto ao Ministério da Educação (SEB/MEC) a avaliação no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos se faz necessário: assegurar aprendizagem com qualidade; adotar práticas de avaliação tendo como princípios seu caráter processual, diagnóstico, participativo, formativo e redimensionador da prática pedagógica rompendo com as práticas de avaliação classificatórias e que excluem os conhecimentos dos educandos.

Hoffmann (2009, p. 82) afirma a avaliação se constitui por momentos contínuos o que vai desde a experiência educativa à expressão de conhecimento entre educadores e educandos, ressalta ainda que essa interação dialética só poderá ser realizada em conjunto. Dessa forma no processo de alfabetiza-letrando e letrar – alfabetizando as crianças devem vivenciar experiências de exploração da linguagem escrita, usos sociais da leitura com materiais

diversificados de forma que seus conhecimentos possam contribuir para ampliar as leituras de mundo e da palavra que possuem.

3 O ATO DE AVALIAR E LETRAR NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para preservar a identidade docente a professora entrevistada foi identificada como Professora A e respondeu s um questionário semiaberto, além de serem observadas algumas questões em sala de aula pertinentes sua prática como alfabetizadora. Perguntamos à professora a qual o papel da avaliação no processo de ensino aprendizagem?

A avaliação é importante, é necessário avaliar. A avaliação no processo de ensino aprendizagem revela sistematicamente ao educador o nível de aprendizagem de seus alunos, seja individualmente ou coletivamente (Professora A, 2016).

Para Luckesi (2011, p.134) o educador não tem a solução completa para todas as experiências de aprendizagem do educando, mas deve ser aquele que, amorosamente, acolhe, nutre, sustenta e confronta sua experiência, seus anseios e caminhos, para que o outro construa sua trajetória pessoal quando aprende e se desenvolve. Nesse sentido convida ao olhar atento quanto as ações pedagógicas proporcionadas com vistas a alfabetizar e a forma como articulam-se as vivências e conhecimentos das crianças. O que parece ser preocupação da docente conforme sua fala.

Quanto aos resultados da avaliação, perguntamos à professora A se o tipo de avaliação que ela realiza tem contribuído para reorganizar as atividades junto aos educandos.

Através das avaliações é possível perceber em que momento ou conteúdo o educando no consegue avançar. Então, posso rever e reforçar o conteúdo com aquele aluno. Nesse caso, passo atividades paralelas para casa e se possível também em sala (Professora A, 2016).

O processo da avaliação se dá de maneira gradativa, pois ela está em constante construção. Hoffmann (2009, p.78) chama-nos atenção quando se refere que a avaliação é uma dinâmica bastante complexa, e que ela precisa ser ajustada aos percursos individuais de aprendizagem que se dão no coletivo e em diferentes direções. O papel do educador se torna fundamental nesse processo, quando o mesmo compreende o compromisso que tem nas mãos e o exerce. Neste sentido a docente tem mostrado compromisso e preocupação em planejar e avaliar as atividades com vistas o percurso de aprendizagem e resultados apresentados pelos educandos.

Luckesi (2011, p.138) ressalta que “O dialogo expressa uma dança entre dois, cada qual no seu papel: o educador (o adulto da relação pedagógica) e o educando (o aprendiz)”. O autor ressalta ainda (2011, p.270) que a avaliação da aprendizagem, para cumprir o seu papel,

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

www.fipedbrasil.com.br

exige essa disposição de acolher a realidade como ela se apresenta, uma vez que a intenção é subsidiar a busca do melhor resultado possível à luz do planejado.

A avaliação é um processo que viabiliza ações pedagógicas a partir de resultados apontados a cerca do que está sendo as práticas educativas e como essas ações estão conduzindo os educandos neste processo de autoconstrução, e de desenvolvimento da aprendizagem no ambiente escolar, tornando-se um ponto essencial para que se possa almejar o objetivo e tornar a avaliação em ação pedagógica planejada. Neste sentido, foram identificadas as ações avaliativas desenvolvidas em sala de aula pela educadora que mediam sua prática no processo de alfabetização e letramento dos educandos, tais como:

- Realizar práticas educativas que estão voltadas para o processo da inclusão desse aluno em sala de aula.
- Criar atividades diferenciadas para atender a necessidade desse aluno.
- Construir jogos pedagógicos educativos e adaptados a atender a necessidade da criança.
- Acompanhar o desempenho desse aluno no processo de ensino-aprendizagem.
- Avaliação escrita (ilustrada) e Avaliação oral.

A educadora busca com criatividade e pesquisa superar os desafios que se apresentam em sua turma para favorecer ações significativas promotoras de aprendizagem aos educandos. Neste sentido Freire (1996) aponta que ensinar não é uma tarefa fácil, exige comprometimento, humildade, reconhecimento do ser como inacabado, exige que o educador respeite os saberes do educando e quere-los bem. Assim entende-se que o educador tem o papel fundamental na construção da relação e interação com o educando, despertando nele a sua própria identidade e a vontade em aprender novos conhecimentos, seja social como cultural, no tocante ao estudo, aprender ler e escrever, nesse processo o ato de avaliar é ferramenta de grande valia.

4 CONCLUSÕES

Comprendemos que a avaliação é um processo que pode favorecer novas ações e novas práticas pedagógicas para serem incorporadas no planejamento escolar destinados aos educandos em processo de alfabetização. Para Esteban (2001, p.08) “o processo de avaliação do resultado escolar dos alunos e alunas está profundamente marcado pela necessidade de criação de nova cultura sobre avaliação, que ultrapasse os limites da técnica e incorpore em sua dinâmica a dimensão ética”. Avaliar é considerar todas as especificidades do educando em sala de aula, é fundamental efetivar uma prática de avaliação que contribua para o

processo da inclusão; é importante que o professor e a gestão escolar compreendam que avaliar não consiste somente em fazer provas, deve levar em conta um conjunto que envolve as intencionalidades formativas, os instrumentos, o processo os recursos e os interesses e necessidades do educando.

Dessa forma corroborando com Soares (2003, p. 16) ao relatar que a formação do educador das series iniciais do ensino fundamental precisa ser repensada e reformulada, tornando-o capaz de enfrentar os fracassos que a escola enfrenta no processo de ensino aprendizagem. Avaliação vai além do conceito de mensurar o aprendizado desse aluno de forma tradicional, é uma ferramenta que o educador pode utilizar para contribuir na formação cognitiva, afetiva e psicomotor dessa criança.

5 REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em: 20 /08/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino Fundamental de nove anos: Perguntas mais frequentes e respostas da secretaria de educação básica (SEB/MEC)**. Disponível Em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf.

ESTEBAM, Maria Teresa. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A,2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 11ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Rev. Brasileira de Educação. Poços de Caldas, MG, 2003.